

IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**ANALISTA CENSITÁRIO
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO ADMINISTRATIVA**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



IBGE AGRO - SP

Analista Censitário

Planejamento, Orçamento e Gestão Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto; Estrutura e sequência lógica de frases e parágrafos	1
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos	2
Pontuação	4
Ortografia oficial	8
Acentuação gráfica.....	12
Classes das palavras; Emprego dos pronomes	21
Concordância nominal e verbal	32
Regência nominal e verbal	35
Emprego dos verbos regulares, irregulares e anômalos; Vozes dos verbos	42
Sintaxe: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração.....	46
Coesão e coerência (referenciação, substituição, repetição, conectores; tempos e modos verbais).....	54
Redação e reescrita de comunicados, ofícios e registros operacionais (clareza, objetividade, padrão formal).....	56
Questões	68
Gabarito.....	80

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Avaliação da habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações entre pessoas, lugares, coisas e/ou eventos, deduzir novas informações e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura dessas relações.....	1
As questões das provas poderão tratar das seguintes áreas: I - estruturas lógicas	5
II - lógica de argumentação	7
III - diagramas lógicos	8
IV - aritmética	15
V - álgebra e geometria básicas.....	18
Questões	47
Gabarito.....	56



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Pública: Conceituação, objeto e campo de atuação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público	1
Patrimônio e Sistemas Contábeis: definições de patrimônio público, classificação do patrimônio público sob o enfoque contábil, a estrutura do sistema contábil: Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil	3
Transações no Setor Público: conceito de atos e fatos, alterações qualitativas e quantitativas do patrimônio público, natureza, reflexos e variações das transações no patrimônio público	12
Registro Contábil: definições, formalidades ou princípios dos registros contábeis, reconhecimento e bases de mensuração ou avaliação aplicáveis ao patrimônio das entidades do setor público.....	14
Demonstrações Contábeis: balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais.....	18
O Controle Interno: abrangência, classificação; Depreciação, Amortização e Exaustão: critérios de mensuração e reconhecimento, métodos e divulgação, Avaliação e mensuração de Ativos e Passivos: disponibilidades, créditos e dívidas, estoques, investimentos permanentes, imobilizados, intangíveis, diferidos e reavaliação e redução ao valor.....	21
Prestação de Contas: análise, avaliação de comportamentos e elaboração com notas explicativas	26
Despesa Pública: despesa sob o enfoque patrimonial, despesa orçamentária, estrutura orçamentária da despesa orçamentária, reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial	30
Receita Pública: reconhecimento da receita sob o enfoque patrimonial, etapas da receita orçamentária, classificação da receita, o relacionamento do regime orçamentário com o regime de competência, conceito, transferências intragovernamentais, transferências voluntárias	34
Princípios de Contabilidade.....	41
Legislação: Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores	42
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores	71
Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.....	88
Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009.....	90
Resolução CFC nº 750/1993, apêndice II; Resolução CFC nº 1.111/2007, 10	92
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBCs T 16.1 a 16.11	93
Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e alterações posteriores	93
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e alterações posteriores	98
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição.....	122
Questões	122
GABARITO	129

SUMÁRIO



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.



Estruturas lógicas

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é definida como uma sentença declarativa à qual podemos atribuir um único valor lógico: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Em outras palavras, trata-se de uma sentença que pode ser considerada fechada.

Existem diferentes tipos de proposições, sendo as principais:

• **Sentenças abertas:** são sentenças para as quais não é possível atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, e, portanto, não são consideradas frases lógicas.

Exemplos incluem:

Frases interrogativas: “Quando será a prova?”, “Estudou ontem?”, “Fez sol ontem?”.

Frases exclamativas: “Gol!”, “Que maravilhoso!”.

Frases imperativas: “Estude e leia com atenção.”, “Desligue a televisão.”.

Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, etc.): “Esta frase é falsa.” (expressão paradoxal), “O cachorro do meu vizinho morreu.” (expressão ambígua), “ $2 + 5 + 1$ ”.

• **Sentença fechada:** Uma sentença lógica é aquela que admite um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso.

Proposições simples e compostas

Proposições simples, também conhecidas como atômicas, são aquelas que NÃO contêm nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. Elas são designadas pelas letras latinas minúsculas p , q , r , s ..., sendo chamadas de letras proposicionais.

Por outro lado, proposições compostas, também conhecidas como moleculares ou estruturas lógicas, são formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. Elas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P , Q , R , S ..., também chamadas de letras proposicionais.

É importante ressaltar que TODAS as proposições compostas são formadas por duas ou mais proposições simples.

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são constituídas por proposições simples conectadas por conectivos, os quais determinam seu valor lógico. Isso pode ser observado na tabela a seguir:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Tabela verdade															
Negação	~	Não p	<table><tr><td>p</td><td>~p</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ^ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																



FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DE CONTABILIDADE GERAL

A contabilidade é uma ciência social aplicada que tem por objetivo o estudo, o controle e a interpretação dos fenômenos que afetam o patrimônio das entidades, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Sua definição técnica mais aceita afirma que a contabilidade é o “sistema de informação que mensura, processa e comunica os eventos econômicos e financeiros que impactam o patrimônio das entidades”.

Seu campo de estudo é o patrimônio das organizações e, a partir do registro sistemático dos chamados “fatos contábeis”, ela fornece informações úteis para a tomada de decisão por parte de diversos usuários. Esses fatos contábeis envolvem alterações nos elementos patrimoniais ou nos resultados da entidade, como a compra de mercadorias, o pagamento de salários, a contratação de empréstimos ou a geração de receitas.

O objeto da contabilidade é, portanto, o patrimônio das entidades, entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações. A finalidade básica da contabilidade é registrar todas as movimentações patrimoniais, gerar informações sobre a situação financeira e econômica e fornecer subsídios para decisões de natureza gerencial, fiscal e estratégica. Ela também cumpre uma função legal e institucional, pois os registros contábeis são obrigatórios para a maioria das empresas, servindo de base para o cumprimento das obrigações tributárias e societárias. Além disso, ela é essencial para promover a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos, principalmente em empresas de capital aberto e organizações públicas.

Os usuários das informações contábeis podem ser classificados como internos ou externos. Entre os usuários internos, destacam-se os gestores e administradores, que utilizam as demonstrações contábeis para avaliar o desempenho da entidade, elaborar orçamentos, planejar investimentos e controlar os custos. Entre os usuários externos, podemos citar os investidores, analistas financeiros, instituições financeiras, órgãos governamentais, fornecedores e clientes. Cada um desses agentes utiliza a informação contábil com objetivos diferentes: o investidor busca avaliar o retorno sobre o capital investido; o governo utiliza os dados para fins de fiscalização e arrecadação; os bancos analisam a capacidade de pagamento antes de conceder crédito.

Para garantir que as informações contábeis sejam úteis, comparáveis, fidedignas e compreensíveis, a contabilidade adota um conjunto de princípios fundamentais que norteiam sua aplicação prática. Esses princípios são aceitos pela legislação e regulamentação brasileira, como também são compatíveis com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Entre os principais princípios contábeis podemos destacar: o Princípio da Entidade, que estabelece a separação entre o patrimônio da empresa e o dos seus sócios ou proprietários; o Princípio da Continuidade, que presume que a entidade continuará operando no futuro; o Princípio da Oportunidade, que exige o reconhecimento imediato dos eventos contábeis no momento de sua ocorrência; o Princípio do Registro pelo Valor Original, que determina o registro dos ativos pelos valores de aquisição; o Princípio da Competência, que estabelece o reconhecimento das receitas e despesas no período em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento; e o Princípio da Prudência, que orienta para o reconhecimento das perdas prováveis antes dos ganhos incertos.

Com base nesses princípios, a contabilidade organiza e classifica os elementos patrimoniais em categorias específicas. Os ativos representam os bens e direitos da entidade, ou seja, tudo o que ela possui ou tem a receber, como dinheiro em caixa, contas a receber, estoques, imóveis, veículos, máquinas e investimentos. Os ativos são geralmente classificados em ativos circulantes (com liquidez imediata ou que se transformarão em dinheiro no curto prazo, até 12 meses) e ativos não circulantes (com expectativa de realização no longo prazo). Já os passivos correspondem às obrigações da entidade perante terceiros, como fornecedores, empréstimos bancários, tributos a recolher, salários a pagar e provisões. Assim como os ativos, os passivos são subdivididos em circulantes e não circulantes, conforme o prazo de exigibilidade.

A diferença entre os ativos e os passivos constitui o patrimônio líquido, que representa os recursos próprios da entidade, oriundos do capital dos sócios, dos lucros acumulados e das reservas. O patrimônio líquido pode aumentar com a geração de lucros ou com a entrada de novos aportes de capital, e pode diminuir com prejuízos ou distribuições de dividendos. Em relação às variações patrimoniais, dois conceitos se destacam: receita e



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!